



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

7 – MANIFESTAÇÕES

8 – PRONUCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 4/2/2016

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Hely Tarquínio – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Gustavo Valadares – Isauro Calais – Leandro Genaro – Noraldino Júnior – Nozinho – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h3min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/12/2015

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, João Alberto, Professor Neivaldo e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência



informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Maria Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais (11), publicados no *Diário do Legislativo* em 3/12/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.072, no 1º turno, 287, em turno único, e 2.737/2015, em turno único (João Alberto); 1.371/2015, no 1º turno (João Leite); e 1.683/2015, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 287/2015, com a Emenda nº1 (relator: deputado João Alberto); 615/2015 (relator: deputado Cabo Júlio, em virtude de redistribuição); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.072/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Alberto); 1.131/2015, com as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Alberto, em virtude de redistribuição); 1.566/2015, na forma do Substitutivo nº1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Sargento Rodrigues); e 1.683/2015, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues). O Projeto de Lei nº 486/2015 é retirado da pauta atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.684, 2.685, 2.690, 2.691, 2.696, 2.702, 3.346/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.582/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações quanto à utilização das aeronaves da instituição, incluindo-se as datas, os deslocamentos e a finalidade das viagens realizadas a partir do ano de 2003 (emendado pelo deputado Cabo Júlio). São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.695/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Saúde, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas, para discutir a realização de festas e eventos com bebidas alcoólicas liberadas, denominados *open bar*, ou similares, e discutir o Projeto de Lei nº 704/2015, que dispõe sobre a proibição desse tipo de evento no Estado;

nº 4.696/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de providências para a implantação do projeto Bombeiro Sênior em todas as suas unidades.

Registra-se a presença dos deputados Arlen Santiago e Felipe Attiê. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Rosângela Reis (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e os deputados Antônio Carlos Arantes e Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos do rompimento da



barragem de rejeitos da Samarco Mineração, em Mariana, em relação aos atingidos a jusante do empreendimento, e à apresentação da posição da empresa Celulose Nipo-Brasileira – Cenibra – diante do rompimento e as medidas tomadas para o gerenciamento das ações decorrentes do acidente. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. José Francisco de Abreu, presidente da Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Doce, agradecendo o convite e justificando ausência nesta reunião. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jael Júnia Medeiros, funcionária pública atingida pelo rompimento da barragem; Letícia Oliveira, coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens; e os Srs. Róbinson Félix, diretor industrial e técnico da Cenibra; Sandro Moraes Santos, gerente do Departamento de Meio Ambiente e Qualidade da Cenibra; Joceli Jaison José Andrioli, dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens; Ângelo Márcio Leite Denadai, professor da UFJF – Câmpus Governador Valadares; Felisberto de Almeida Nunes Leite, conselheiro fiscal da Associação de Pescadores de Conselheiro Pena; Cleber Leal, vereador de Resplendor, representando liderança da tribo krenak; Antônio Geraldo Santos, cidadão atingido pelo rompimento da barragem; e Gledston Guetão, vereador de Governador Valadares, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem a este debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais autores. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.756/2015, das deputadas Rosângela Reis e Celise Laviola e dos deputados Rogério Correia, Celinho do Sinttrocel e Agostinho Patrus Filho, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Mariana pedido de informações sobre a inclusão do município no Formulário de Informações de Desastre – Fide –, sob responsabilidade da Defesa Civil

nº 4.757/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Celinho do Sinttrocel, Rogério Correia, Gustavo Valadares, Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a situação atual da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves – Candonga – e as iniciativas para a sua recuperação;

nº 4.758/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na apresentação do Plano Emergencial de Saúde e Vigilância Sanitária para as regiões afetadas pela contaminação do Rio Doce, em razão do rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração;

nº 4.759/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre os rejeitos da Barragem de Germano, da Samarco Mineração, contendo análise do material, sua quantidade e fluidez;

nº 4.760/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Rogério Correia, Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre os rejeitos da Barragem de Germano, contendo análise do material, sua quantidade e fluidez;

nº 4.761/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de providências para que seja realizado, com o Inbra, levantamento dos locais adequados à construção do novo povoado para a população do Distrito de Bento Rodrigues, atingido pelo rompimento da Barragem do Fundão;



nº 4.762/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de informações sobre plano emergencial para retirada dos resíduos de rejeitos da Barragem do Fundão depositados nas margens dos Rios Doce, Piranga e Gualaxo;

nº 4.763/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de providências para que sejam atendidas, o mais brevemente possível, as demandas dos pescadores da Bacia do Rio Doce, tendo em vista que em fevereiro de 2016 se encerra o período de defeso e, por conseguinte, a ajuda financeira concedida pelo governo federal;

nº 4.764/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Celinho do Sinttrocel, Rogério Correia e Agostinho Patrus Filho, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação dos municípios e distritos atingidos diretamente pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração;

nº 4.765/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada visita à barragem da Usina Hidrelétrica de Aimorés, no Município de Aimorés;

nº 4.766/2015, das deputadas Celise Laviola e Marília Campos e dos deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada visita à barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, conhecida como Candonga, no Município de Rio Doce;

nº 4.767/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a unificação das ações do Poder Judiciário de Minas Gerais e do Espírito Santo, com vistas a agilizar as medidas que atendam aos interesses e necessidades da população atingida direta e indiretamente pelo rompimento da Barragem do Fundão;

nº 4.768/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG – e ao Instituto Majoritário de Pesquisas e Estatísticas – Imape – pedido de providências para que disponibilizem às pessoas do Distrito de Bento Rodrigues atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão serviços técnicos para a justa avaliação dos seus bens;

nº 4.769/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – e à Frente Nacional de Prefeitos – FNP – pedido de informações sobre as demandas dos 44 municípios atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão no que se refere à sua recuperação ambiental, social e econômica;

nº 4.770/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American;

nº 4.771/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American;

nº 4.772/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Conceição do Mato Dentro pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, pertencente à mineradora Anglo American;

nº 4.773/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à mineradora Anglo American pedido de informações acerca das condições de operação e de estabilidade da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio;

nº 4.774/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater as demandas dos municípios mineiros atingidos pelo rompimento da Barragem do Fundão, relativas à sua recuperação ambiental, social e econômica.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de dezembro de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Rogério Correia – Wander Borges – Gustavo Valadares – Gustavo Correa – Paulo Lamac.

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/12/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Professor Neivaldo e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.543 e 2.892/2015. Os requerimentos contantes na pauta deixam de ser apreciados por terem sido votados em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 18ª LEGISLATURA, EM 21/12/2015

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do empreendimento da Samarco, no Município de Mariana, bem como a regularidade do licenciamento ambiental, a fiscalização e as consequências legais, ambientais e humanas decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador-geral das Promotorias de Meio Ambiente por Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais; Rodrigo Macedo de Bustamante, delegado Regional da 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Ouro Preto; Marcelo Felon, diretor técnico de Ferrosos da Vale; Lucio Flavo Cavalli, gerente executivo da Vale; Kleber Luiz de Mendonça Terra, diretor de Operações e Infraestrutura da Samarco Mineração S.A., representando Ricardo Vescovi Aragão, diretor-presidente; Maury de Souza Junior, diretor de Implementação de Projetos da Samarco Mineração S.A.; Marcio Isaias Perdigão Mendes, gerente-geral de Meio Ambiente da Samarco Mineração S.A.; Estaneslau Leonor Klein, coordenador técnico socioinstitucional da Samarco Mineração S.A.; e José Bernardo Vasconcelos, engenheiro civil geotécnico da Samarco Mineração S.A., que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais autores. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 11 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Wander Borges.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 18ª LEGISLATURA, EM 11/1/2016

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Paulo Lamac e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do empreendimento da Samarco, no Município de Mariana, bem como a regularidade do licenciamento ambiental, a fiscalização e as consequências legais, ambientais e humanas decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Geraldo Vitor de Abreu, subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, representando Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador-geral das Promotorias de Meio Ambiente por Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais; Felipe Farias de Oliveira, coordenador regional de Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri; Walter Lins Arcoverde, diretor de fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Paulo Sérgio Costa Almeida, superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem a esta reunião, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais autores. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 13/1/2016, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Gustavo Corrêa – Glaycon Franco – Wander Borges – Cássio Soares.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 18ª LEGISLATURA, EM 13/1/2016

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Agostinho Patrus Filho, Cássio Soares, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Glaycon Franco, Paulo Lamac e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos municípios e distritos atingidos diretamente pelo rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineração. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Luciana Leão Lara, defensora pública, representando a defensora pública-geral do Estado; Fernanda de Sousa Saraiva Possato, defensora pública da Comarca de Ponte Nova; Silvia de Lourdes Gonçalves Farias, secretária de Meio Ambiente de Ipaba, representando o prefeito; e os Srs. Wladimir de Souza Rodrigues, defensor público; Fernando José Carneiro Magalhães, prefeito de Barra Longa; José Mário Russo Maroca, prefeito de Rio Casca; Domingos Sávio de Miranda Paiva, prefeito de Sem-Peixe; José Aparecido do Carmo, prefeito de São José do Goiabal; Fernando Rolla, prefeito de São Domingos do Prata; Jordão Viana Teixeira, prefeito de Bugre; Pietro Chaves Filho, prefeito de Belo Oriente; Hélio Pinto de Carvalho, prefeito de Naque; Deguimar Ferreira Reis, secretário de Saúde de Itueta, representando o prefeito, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais autores. Logo após, passa a



palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Gustavo Corrêa – Wander Borges – Celise Laviola – Bonifácio Mourão.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 18ª LEGISLATURA, EM 18/1/2016

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, Gil Pereira, Gustavo Corrêa, Paulo Lamac e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar os trabalhos realizados em relação aos danos materiais e sociais decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração, no Município de Mariana. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luiz Tadeu Martins Leite, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana; José de Freitas Cordeiro, prefeito de Congonhas e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – Amig; Mauro da Fonseca Ellovitch, promotor de justiça coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais autores. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de janeiro de 2016.

Rogério Correia, presidente – Gustavo Valadares – Gil Pereira.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 18ª LEGISLATURA, EM 25/1/2016

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Rogério Correia, Gil Pereira e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no Município de Mariana, em relação aos atingidos a jusante do empreendimento. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mail do Sr. Rodolpho Samorini Filho, gerente de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco, justificando a impossibilidade de comparecimento a esta reunião do Sr. Estaneslau Leonor Klein e da Sra. Ilma Albergaria. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Vanessa de Oliveira Gaudereto, superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Minas Gerais; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG; Iris Ferreira Lana, Rosária Ferreira Duarte Frade e Maria do Carmo Silva D'Angelo, moradoras atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mineradora Samarco; e os Srs. Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira, integrante da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, representando o coordenador; Vladimir de Souza Rodrigues, defensor público, representando a coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Alexandre Teixeira Lacerda, chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais – Inbra –, representando o superintendente regional; Guilherme de Sá Meneghin, promotor



de justiça da Comarca de Mariana; Joceli Jailson José Andrioli, integrante da coordenação estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; Thiago Alves da Silva, dirigente estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; Lélis Barreiros, presidente da Associação dos Pescadores de Conselheiro Pena e Região – Aspec; Valtin Quintino da Rocha, presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores de Minas Gerais – Três Marias; Sérgio Fábio do Carmo, Antônio Pereira Gonçalves, José do Nascimento de Jesus, Marino D'Angelo Júnior, Milton Manoel de Sena, Mauro Lúcio Santos Paes Pinto, moradores atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mineradora Samarco, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais autores. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência recebe em reunião os seguintes documentos: pauta de solicitações dos pescadores e ribeirinhos e listagem de pescadores não cadastrados ou sem recebimento do cartão enviado pela Samarco, entregues pelo Sr. Lélis Barreiros, e texto intitulado “Caminhos de barro”, de autoria do Sr. Sérgio Papagaio, morador de Barra Longa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de janeiro de 2016.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Bonifácio Mourão – Rogério Correia – Gil Pereira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/2/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.031/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Sistema Estadual de Transporte em Saúde, esclarecendo a substituição da rota de veículos prevista para 2015, deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite, e a implantação de novos módulos do Sets com vistas à universalização do programa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.032/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados com o contrato de 7/5/2015, publicado no *Minas Gerais* nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência "O novo Código Civil Brasileiro", realizada no Minas Centro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido das informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.090/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou substituição da frota de veículos pertencente à administração pública direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol –



dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 16/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o cargo de diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – IGTEC. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 10/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Hugo Vocurca Teixeira para o cargo de presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 17/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Vieira de Seniuk para o cargo de diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 18/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Diogo Soares de Melo Franco para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 20/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Henrique Pereira Dourado para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/2/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/2/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, Cabo Júlio, João Alberto e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/2/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 656 e 657/2015, do deputado Léo Portela; 874/2015, da Comissão de Administração Pública; 2.831 a 2.834 e 2.844/2015, do deputado Cabo Júlio; 3.587 e 3.593/2015, do deputado Douglas Melo; 3.594 e 3.595/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e 3.628/2015, do deputado Noraldino Júnior; de debater sobre a realização de corridas e *shows* na região da Praça do Papa sem autorização prévia do órgão competente; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de fevereiro de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.014/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a proposição em exame requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 20/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Localizada no Rio Jequitinhonha, no Município de Grão Mogol, a Usina Hidrelétrica de Irapé foi inaugurada em junho de 2006. Em comparação a outros empreendimentos do setor hidrelétrico, Irapé possui extensões e áreas consideráveis no que tange à estrutura de barramento, reservatório e sistema de geração, sendo a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior



da América Latina, com 208m e possuindo área alagada de 137,16km² banhando sete municípios: Berilo, Grão Mogol, Cristália, Botumirim, Turmalina, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas.

A usina possui capacidade instalada de 360MW, suficiente para fornecer eletricidade a uma população de um milhão de pessoas e fomentar a economia regional, historicamente prejudicada pelo relevo acidentado e pelas condições climáticas.

O Rio Jequitinhonha é legalmente considerado rio de preservação permanente, conforme o inciso IV do art. 5º da Lei nº 15.082, de 2004: “são rios de preservação permanente: o rio Jequitinhonha e seus afluentes, no trecho entre a nascente e a confluência com o rio Tabatinga”. Assim sendo, é proibida a modificação do leito e das margens, bem como a movimentação de sedimentos para a lavra de recursos minerais nesse trecho do rio.

No Alto Jequitinhonha, as atividades de mineração e garimpo desenvolvidas no leito do rio utilizando técnicas de dragagem ou bombeamento provocam o revolvimento do fundo do rio, degradando os remanescentes da vegetação ciliar, contaminando a água com resíduos sólidos, óleos e graxas e contribuindo para o aporte de sedimentos carreados para o reservatório de Irapé e, conseqüentemente, resultando em assoreamento e perda de volume útil. A atividade garimpeira, em tese, só poderia ser desenvolvida na área do Jequitinhonha não considerada de preservação permanente. No entanto, há denúncias sobre atividades minerárias irregulares na região, em especial em área denominada Garimpo da Areinha, próximo à cidade de Diamantina.

Assim sendo, as informações solicitadas são muito relevantes. A iniciativa da proposição encontra, portanto, amparo legal, estando justificada pelas disposições da Constituição do Estado, em especial seu art. 73, que atribuem ao Poder Legislativo a competência para o controle e fiscalização dos atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 3º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta.

Como o requerimento atende às atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente previstas para o Poder Legislativo, entendemos que merece ser aprovado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.014/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de fevereiro de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.015/2015

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o requerimento solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os valores anuais arrecadados pelo Estado com a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – e o montante distribuído a cada órgão ou entidade constantes na Lei nº 19.976, de 2011, desde a instituição da taxa.

Originada de requerimento dos deputados Cássio Soares e Dilzon Melo aprovado em reunião daquela comissão no dia 11/11/2015 e publicada no *Diário do Legislativo* de 20/11/2015, vem a proposição a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM –, instituída pela Lei nº 19.976, de 2011, com alterações promovidas pela Lei nº 20.414, de 2012, www.almg.gov.br Página 12 de 33



tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Estado sobre a atividade de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento, realizada no Estado, dos seguintes recursos minerários:

I – bauxita, metalúrgica ou refratária;

II – terras-raras;

III – minerais ou minérios que sejam fonte, primária ou secundária, direta ou indireta, imediata ou mediata, isolada ou conjuntamente com outros elementos químicos, de chumbo, cobre, estanho, ferro, lítio, manganês, níquel, tântalo, titânio, zinco e zircônio.

De acordo com o art. 3º da citada lei de criação dessa taxa, o referido poder de polícia será exercido pelos seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para:

a) controle e avaliação das ações setoriais relativas à utilização de recursos minerários, à gestão e ao desenvolvimento de sistemas de produção, transformação, expansão, distribuição e comércio de bens minerais;

b) registro, controle e fiscalização de autorizações, licenciamentos, permissões e concessões para pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários;

c) controle, monitoramento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários;

d) defesa dos recursos naturais;

II – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, Instituto Estadual de Florestas – IEF – e Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – para:

a) aplicação das normas de preservação, conservação, controle e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, entre os quais o solo e o subsolo, e zelo pela observância dessas normas, em articulação com outros órgãos;

b) identificação dos recursos naturais do Estado, mediante o mapeamento por imagens espaciais de toda a área de abrangência das atividades minerárias e seu entorno, com o objetivo de fornecer subsídios à fiscalização do setor, compatibilizando as medidas preservacionistas e conservacionistas com a exploração racional, conforme as diretrizes do desenvolvimento sustentável;

c) realização de atividades de controle e fiscalização referentes ao uso dos recursos naturais do Estado, entre os quais o solo e o subsolo;

d) defesa do solo e dos recursos naturais.

E, de acordo com o art. 19, os recursos arrecadados relativos à TFRM serão destinados aos órgãos e às entidades da administração estadual acima mencionados.

A Constituição do Estado estabelece, em especial em seus arts. 73 e 74, que é direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informada de ato, fato ou omissão, imputáveis a órgão, agente político, servidor público ou empregado público que possam resultar em prestação de serviço público insuficiente, tardia ou inexistente. Estabelece também que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo.

A Constituição estabelece, ainda, no art. 54, § 2º, que a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informação a secretário de Estado e que a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Entendemos, assim, ser clara a pertinência do pedido de informação, para que a Assembleia Legislativa possa exercer o seu papel de controle e fiscalização.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.015/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de fevereiro de 2016.

Braulio Braz, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.023/2015**Mesa da Assembleia****Relatório**

Por intermédio da proposição em epígrafe, o deputado Celinho do Sinttrocel requer ao presidente da Assembleia Legislativa a inserção nos anais desta Casa da nota de pesar e solidariedade publicada pela diretoria da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST – destinada às classes trabalhadoras e às comunidades atingidas pelo rompimento de barragem de rejeitos minerais de propriedade das empresas Samarco e Vale, no Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 20/11/2015, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, inciso VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise tem por escopo inserir nos anais desta Casa Legislativa a nota de pesar e solidariedade publicada pela diretoria da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST – destinada às classes trabalhadoras e às comunidades atingidas pelo rompimento de barragem de rejeitos minerais da Samarco, no Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, ocorrido em 5/11/2015, publicada no *site* da NCST no dia 6/11/2015.

De acordo com a nota, o rompimento da barragem foi uma tragédia anunciada, decorrente de risco assumido pela empresa, cuja conduta abre espaço para adoecimentos, mutilações e mortes de trabalhadores e populações atingidas pela mineração. Além de ter provocado danos sociais e ambientais incalculáveis, o rompimento da barragem se configura como grave violação dos direitos humanos e à vida. Exatamente por isso, o ocorrido não pode ser tratado como um acidente, resultante de fatores imponderáveis. A nota conclui com um manifesto pela “solidariedade ampla e combate à injustiça sempre”.

O documento cuja inclusão nos anais da Casa se solicita no requerimento em análise é relevante, pois expressa a sensibilidade de uma categoria diante de uma tragédia que atingiu diretamente um número expressivo de pessoas e provocou impactos ainda imprevisíveis no meio ambiente e em diferentes cadeias produtivas. De fato, o evento sobre o qual a NSCT se pronuncia pode ser considerado uma das maiores tragédias ambientais do País, se não a maior delas. Julgamos, portanto, pertinente a proposição em comento.

O requerimento em análise se apoia no art. 62, II e III, da Constituição Estadual, que faculta ao Poder Legislativo dispor privativamente sobre seu próprio funcionamento, e nos arts. 79, VIII, “b”, 233, XIII, e 234 do Regimento Interno, que estabelecem a prerrogativa parlamentar de incluir documentos e pronunciamentos não oficiais considerados especialmente relevantes para o Estado nos arquivos da Assembleia Legislativa. Não contém, portanto, vício de iniciativa.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.023/2015

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de fevereiro de 2016.

Braulio Braz, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.030/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

Por meio da proposição em análise, o deputado Luiz Humberto Carneiro requer ao Presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o tratamento com fosfoetanolamina sintética, conhecida como “pílula do câncer”, no Estado, bem como sobre as medidas adotadas pelo Estado para o desenvolvimento dos estudos visando à disponibilização dessa substância por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 20/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em estudo visa a obter informações sobre o tratamento com fosfoetanolamina sintética, também conhecida como “pílula do câncer”, no Estado, bem como sobre as medidas adotadas pelo governo estadual para o desenvolvimento dos estudos para disponibilização dessa substância por meio do SUS.

A fosfoetanolamina é uma substância produzida pelo corpo humano e pode ter função antitumoral, uma vez que tem ação antiproliferativa e estimula a apoptose, que seria uma “morte celular programada”. Em outras palavras, a fosfoetanolamina produz a morte das células cancerígenas e pode impedir que o câncer se espalhe.

No Brasil, uma versão artificial da fosfoetanolamina começou a ser pesquisada e sintetizada de forma independente pelo químico Gilberto Orivaldo Chierice, então professor do Instituto de Química de São Carlos – IQSC –, vinculado à Universidade de São Paulo – USP – no final da década de 1980. Após alegações de que essa fosfoetanolamina sintética teria propriedades de combater alguns tipos de tumores, pacientes acometidos pela doença e seus familiares têm obtido liminares na justiça para conseguir acesso às cápsulas produzidas pelo IQSC. No entanto, como a fosfoetanolamina ainda não é registrada na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa –, ela não pode ser comercializada no Brasil.

Considerando a repercussão de notícias veiculadas na imprensa sobre a distribuição de fosfoetanolamina para fins medicamentosos no tratamento de câncer pelo IQSC, da USP, a instituição se manifestou por meio de uma nota publicada em seu *site* (<<http://www5.iqsc.usp.br/esclarecimentos-a-sociedade/>>, acesso em 30/11/2015), em que esclarece os seguintes pontos:

– a distribuição da fosfoetanolamina sintética pelo Grupo de Química Analítica e Tecnologia de Polímeros contraria a Lei Federal nº 6.360, de 23/9/1976 e suas regulamentações, que dispõem sobre a distribuição de drogas com finalidade medicamentosa e sanitária, bem como a Portaria IQSC nº 1389/2014, editada em junho de 2014, que determina que tais tipos de substâncias só poderão ser produzidas e distribuídas pelos pesquisadores do IQSC mediante a prévia apresentação das devidas licenças e registros expedidos pelos órgãos competentes determinados na legislação (Ministério da Saúde e Anvisa);

– a USP não tem acesso aos elementos técnico-científicos necessários para a produção da substância, cujo conhecimento é restrito ao Dr. Gilberto Orivaldo Chierice, docente aposentado, e à sua equipe e é protegido por patentes (PI 0800463-3 e PI 0800460-9);

– o IQSC não dispõe de dados sobre a eficácia da fosfoetanolamina no tratamento dos diferentes tipos de câncer em seres humanos e não dispõe de médico para orientar e prescrever a utilização da referida substância;

– em caráter excepcional, o IQSC está produzindo e fornecendo a fosfoetanolamina sintética em atendimento a demandas judiciais individuais, sem acompanhamento de bula ou informações sobre eventuais contraindicações e efeitos colaterais.



Apesar de a fosfoetanolamina sintética ser uma esperança de cura para pacientes com câncer, o seu emprego para o tratamento da doença ainda é experimental. Além disso, ainda não foi comprovada a segurança do uso dessa substância por seres humanos, nem a sua eficácia no combate às neoplasias, o que impede o seu fornecimento pelo SUS à população.

Entendemos que a iniciativa da proposição é oportuna, pois a Secretaria de Estado de Saúde terá a oportunidade de não só informar as medidas que vêm sendo adotadas pelo governo estadual com relação a pedidos de obtenção da fosfoetanolamina pelos pacientes com câncer, mas também de esclarecer os motivos pelos quais o SUS ainda não pode fornecer esse medicamento às pessoas com câncer. Consideramos tais informações e esclarecimentos extremamente importantes para a saúde da população.

O requerimento em análise encontra amparo nas disposições da Constituição do Estado, em especial no § 3º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais e, portanto, não há impedimento legal a sua apresentação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.030/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de fevereiro de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 4/2/2016, a seguinte comunicação:

Do deputado Leonídio Bouças em que notifica o falecimento da Sra. Maria Lopes Duarte, ocorrido em 2 de fevereiro, em Papagaios. (– Ciente. Oficie-se.)



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 4/2/2016, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da OAB-MG, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 3.135/2015, do deputado Ivair Nogueira, pelo aniversário de criação dessa instituição.

Do Sr. Nathan Rodrigues Ferreira, presidente da Associação dos Praças do Interior de Minas Gerais, solicitando a inclusão em ordem do dia do Plenário desta Casa do Projeto de Lei Complementar nº 42/2015. (– Anexe-se ao referido projeto.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 53º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/10/2015, em Araguari, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, documentos, munição e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.684/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 11º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/10/2015, em Abre-Campo, que resultou na apreensão de uma arma de fogo, um carro roubado e na prisão de três homens suspeitos de envolvimento em assaltos a postos de combustível (Requerimento nº 2.685/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 18ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/10/2015, em São Sebastião do Paraíso, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e pólvora (Requerimento nº 2.690/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, no 1º Batalhão da Polícia Militar e no Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo da Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 15/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na recuperação de celulares furtados, na apreensão de uma arma e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.691/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 2.696/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 38º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/10/2015, em São João del-Rei, que resultou na apreensão de drogas e quatro balanças de precisão (Requerimento nº 2.702/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 59º Batalhão de Polícia Militar e na 17ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/10/2015, em Córrego do Bom Jesus, que resultou na apreensão de drogas, celulares, balança de precisão, quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 2.703/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/8/2015, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, arma branca, munição e duas balanças de precisão e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 2.705/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/10/2015, em Muriaé, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição, um colete balístico, invólucros para drogas, quantia em dinheiro e objetos de valor (Requerimento nº 2.706/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 17º e no 32º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/10/2015, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 2.740/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar e no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo e um veículo clonado e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.741/2015, do deputado Cabo Júlio);

seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 26º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/10/2015, em Itabira, que resultou na recuperação de quantia em dinheiro, na apreensão de dois menores, além de armas de fogo, e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 2.742/2015, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 56º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/10/2015, em Piranguçu, que resultou na recuperação de 15 armas de fogo (Requerimento nº 2.746/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 26/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 52 barras e 310 buchas de maconha (Requerimento nº 2.747/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/10/2015, em Timóteo, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo e uma réplica, munição e celulares e na detenção de nove pessoas (Requerimento nº 2.748/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, balança de precisão e quantia em dinheiro e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 2.749/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Srta. Ludy Rocha, cantora e compositora, pela participação e vitória no quadro "Mulheres que brilham – Divas do Brasil", no Programa Raul Gil, transmitido pela emissora SBT (Requerimento nº 3.426/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Mauro Borges Lemos, presidente da Cemig, extensivo a toda a diretoria, pela aquisição de 18 usinas hidrelétricas em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (Requerimento nº 3.427/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com Iza Catarina Rodrigues Vaz, aluna da Escola Estadual Cremilda Passos, em Brasília de Minas, pela participação e vitória no concurso Roteiro de Quadrinhos – Turma do Chuá (Requerimento nº 3.429/2015, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Luiz Humberto França, escritor e jornalista, pela publicação do livro *Araxá, 150 anos: história, cultura e desenvolvimento* (Requerimento nº 3.430/2015, do deputado Bosco);

de aplauso ao Sr. Ney Bello, desembargador federal e membro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pela excelência na condução de processos penais que visam ao combate aos crimes contra o patrimônio público e aos atos de corrupção (Requerimento nº 3.438/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao Sr. Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, pela excelência na condução de processos cíveis e penais que visam ao combate aos crimes contra o patrimônio público e aos atos de corrupção (Requerimento nº 3.439/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Sra. Adriana Augusta de Moura Souza por sua posse no cargo de procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (Requerimento nº 3.441/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Sônia Toledo Gonçalves por sua posse no cargo de procuradora-chefe substituta do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (Requerimento nº 3.442/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Sra. Ana Cláudia Nascimento Gomes por sua posse no cargo de coordenadora de 1º e 2º graus do Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (Requerimento nº 3.443/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Escola Estadual Provedor Theófilo Tavares Paes pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.444/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com Dom Pedro Cunha Cruz por sua nomeação como bispo da Diocese de Campanha (Requerimento nº 3.446/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);



de aplauso à Associação de Bombeiros Civil Voluntários de Três Marias – ABCV TM –, na pessoa do presidente, Sr. Fabrício Oliveira Coelho, pelo excelente trabalho desenvolvido (Requerimento nº 3.463/2015, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Sr. Noé Rodrigues da Silva, prefeito de Jacutinga, pelo êxito da Semana Cultural de Jacutinga (Requerimento nº 3.499/2015, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com o Sr. Antônio Alves de Brito pela dedicação à causa da proteção dos direitos e do bem-estar dos animais (Requerimento nº 3.504/2015, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com a Sra. Carla Sássi pela dedicação à causa da proteção dos direitos e do bem-estar dos animais (Requerimento nº 3.505/2015, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com a Sra. Aleluia Heringer pela dedicação à causa da proteção dos direitos e do bem-estar dos animais (Requerimento nº 3.506/2015, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com a Sra. Samylla Mól pela dedicação à causa da proteção dos direitos e do bem-estar dos animais (Requerimento nº 3.507/2015, do deputado Noraldino Júnior);

de repúdio ao governador do Estado da Paraíba e ao comandante-geral da Polícia Militar do mesmo estado, pelo ato que determinou a prisão do 3º-Sgt. Robson Marques Xavier, em reação à sua luta em desfavor do empenho de policiais militares na realização de custódia de presos civis em hospitais da região, uma vez que tal medida anula a força operacional da corporação na promoção da segurança pública (Requerimento nº 3.512/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 25ª Companhia Tático Móvel e na 133ª Companhia, pela atuação na ocorrência, em 30/11/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas e balança de precisão (Requerimento nº 3.513/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso ao Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Defesa Social, pela escolha das Sras. Andréa Cláudia Vacchiano e Rafaela Gigliotti Brandi para os cargos, respectivamente, de chefe da Polícia Civil e diretora do Detran-MG, e voto de congratulações com as referidas servidoras pela nomeação (Requerimento nº 3.514/2015, do deputado Agostinho Patrus Filho);

de aplauso à Sra. Ângela Fellet, delegada titular da 4ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora, e sua equipe, pela investigação que culminou na prisão de oito pessoas acusadas de tentativa de fraude em certame público (Requerimento nº 3.524/2015, do deputado Noraldino Júnior);

de congratulações com a Sra. Paula Pimenta, escritora mineira reconhecida internacionalmente, pelos mais de 17 livros lançados, incluindo romances, poesias e participações em coletâneas (Requerimento nº 3.525/2015, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com as subsedes do Sind-UTE-MG que menciona, pela conquista histórica com a sanção da Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que estabelece política de valorização dos servidores da educação (Requerimento nº 3.554/2015, da Comissão de Educação);

de aplauso aos policiais civis e militares lotados no Município de Santa Rita do Sapucaí pelo empenho no combate à criminalidade, apesar do enorme déficit de efetivo (Requerimento nº 3.568/2015, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Sr. Bernardo Novais da Mata Machado pelos trabalhos desenvolvidos no Conselho Estadual de Política Cultural e pelo apoio na preparação do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura, a ser realizado em 2016 (Requerimento nº 3.577/2015, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto em razão dos 300 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.582/2015, da Comissão de Direitos Humanos);



de congratulações com o deputado Gustavo Corrêa por sua iniciativa da criação do programa estadual que insere academias ao ar livre para prática de atividades físicas pelo cidadão, a partir de 2007, quando ocupou o cargo de secretário de Estado de Esportes e da Juventude no governo Aécio Neves (Requerimento nº 3.621/2015, da Comissão de Saúde);

de aplauso ao Sr. Evanius Garcia Wiermann, presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, pela representação feita junto ao Ministério Público Federal, em Minas Gerais, contra a Portaria nº 20, de maio de 2015, do Ministério da Saúde, que exclui do Sistema Único de Saúde o procedimento de quimioterapia adjuvante no tratamento do câncer da cabeça e do pescoço (Requerimento nº 3.622/2015, da Comissão de Saúde);

de congratulações com o Sr. Guilherme Bergamini pela exposição fotográfica Educação para Todos, na Quadrum Galeria de Arte, em Belo Horizonte (Requerimento nº 3.626/2015, da Comissão de Cultura);

de aplauso à Fundação Oscar Araripe e à Associação dos Antigos Alunos da Faculdade Nacional de Direito pela idealização da Medalha da Comenda da Resistência Cidadã e pela realização da 1ª Festa Nacional da Liberdade (Requerimento nº 3.627/2015, da Comissão de Cultura);

de aplauso ao 3º-Sgt. PM Luciano Rodrigues Meira e ao Cb. PM Gilmar Santos Silva, lotados na 21ª Cia. Independente da PMMG, pela atuação na abordagem e detenção de suspeitos portando arma de fogo, em 1º/12/2015 (Requerimento nº 3.632/2015, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/2/2016

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, senhores deputados e senhoras deputadas, solicitei a palavra hoje para falar de dois assuntos no início de nossos trabalhos. O primeiro diz respeito à Comissão das Barragens, da qual faço parte como relator, assim como o deputado Agostinho Patrus Filho, que é seu presidente. Durante o recesso parlamentar, por orientação do presidente desta Casa e dos nobres deputados, fizemos questão de manter, até mesmo em razão de necessidade, o funcionamento dessa comissão. Fizemos várias reuniões com os atingidos, com a empresa e com órgãos públicos federais e estaduais, tudo para termos uma ideia sobre o que aconteceu e o que precisa ser feito em relação à maior tragédia ambiental já ocorrida no Brasil.

Ontem mesmo estive, com o deputado Gustavo Valadares, representando a comissão em Bento Rodrigues, distrito arrasado com a lama que veio da Samarco. É impressionante o que encontramos lá. Eu ia trazer para mostrar a V. Exa. o quadro que encontramos em Bento Rodrigues. Deputada Marília, havia lá sapatos de bebês, pratos, utensílios domésticos. Tudo ainda está dentro de Bento Rodrigues, que está arrasado pela lama. E o pior: os moradores ainda não estão em suas moradias definitivas. Às vezes ouvimos dizer que as coisas estão sendo resolvidas, mas está longe de uma resolução final. Eles continuam morando de aluguel, em condições que, evidentemente, não escolheram. São pessoas, homens e mulheres, acostumadas com a vida de um lugarejo simples, onde tinham sua roça, seu plantio, onde cuidavam de pequenos animais. Perderam tudo, perderam uma vida inteira de lutas e de programas sociais. Programas sociais faziam parte da vida deles. Eu mesmo, quando delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tive a honra de entregar lá um programa do governo federal, da presidenta Dilma, chamado Casa Digital, por meio do qual computadores possibilitavam aos jovens rurais acesso às coisas da modernidade por via da internet, etc. Tudo isso foi lama abaixo.

Estivemos lá visitando o que era uma das melhores escolas de Mariana. Ontem eu e o deputado Valadares andamos por cima do que foi o posto de saúde, o centro de saúde, a policlínica, segundo eles. Tudo está sob lama, está debaixo da lama. Depois, fomos a Barra Longa. Essa lama passou por Bento Rodrigues. De lá foi para Paracatu de Baixo e acabou se alojando também em Barra Longa, onde a deputada Ione também esteve comigo. Ontem retornei a Barra Longa, pequena



cidade histórica, de muitos anos, muito pacata, onde as pessoas pescavam à beira do rio, o Rio do Carmo. Barra Longa me lembrou o livro *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez. A empresa Bananeira entrou na cidade para, segundo ele, fazer a evolução da cidade por meio da comercialização e plantio de banana. A cidade, conforme vai relatando, virou um caos. Ninguém se entendia mais. Era obra para todo lado e poeira. Assim está Barra Longa em sua reconstrução. De 95 a 100 casas estão sendo reconstruídas porque a lama abalou suas estruturas. Estão sendo reconstruídas ou recuperadas. Além disso, deputada lone, a praça de esportes, o local onde as pessoas faziam caminhadas, o lugar em que jogavam futebol, tudo foi destruído. A cidade foi, nos seus próprios públicos, arrasada. Há tanta lama que o que se faz lá, até hoje, é retirar lama.

Imagine uma cidade histórica pequena, com as ruas pequeninhas, com centenas de caminhões indo para lá e para cá, tirando lama. Quando chove, vira um lamaçal. Quando há sol, o calor é infernal e sobe aquele pó de poeira. Essa é hoje Barra Longa, que encontramos ontem. E o desespero toma conta das pessoas. Uma senhora veio reclamar de picadas de pernilongo. Isso também não foi visto, e a água está suja, empoçada. Um outro senhor reclamou que não pode colocar o restaurante para funcionar. Uma torre de Babel. Assim foi o que encontramos ontem em Barra Longa. Ali, apenas no final do ano é que houve expectativa de as pessoas retomarem suas moradias, de as cidades começarem a ter uma vida normal, longe do que está acontecendo hoje, e isso é do ponto de vista das pessoas.

Aqui, na reunião, pescadores reclamavam que não estão recebendo o cartão que lhes dava o direito de um salário-mínimo e de 20% para os dependentes. Vários pescadores ainda não receberam isso. A deputada Celise, aliás, trouxe aqui uma associação de pescadores que deu números a isso e disse quantos ainda não recebiam esse benefício simples, porque deixaram de ter direito à pesca. Esse é o quadro social ainda grave que se vive, a partir da tragédia de Mariana, da lama da Samarco.

Abro um parêntese para dizer que a lama é da Samarco, mas não é apenas a Samarco a empresa responsável, mas também a BHT e a Vale, que são as constituidoras da Samarco, portanto têm a responsabilidade de reconstruir tudo.

No dia 16, teremos na Assembleia Legislativa mais uma reunião da comissão. Receberemos a Polícia Civil, que vai falar sobre o inquérito, as responsabilidades criminais, o que levou ao crime, quais as responsabilidades e de quem. Esse relatório está terminando, e temos a certeza de uma coisa: a responsabilidade, é claro, que vai envolver setores públicos que fizeram a concessão da licença de maneira obscura, de maneira equivocada, facilitando a vida das mineradoras que pediram isso, e é comum em Minas Gerais. No entanto, ela é fundamentalmente da empresa, que teria de zelar para que o rompimento de uma barragem não acontecesse e, se acontecesse, não viesse a atingir rios, como ocorreu, levando essa lama até o mar, num crime ambiental de proporções enormes. Essa responsabilidade das empresas tem de ser delas cobradas, e o que verificamos, deputada Marília Campos, é que as pessoas são tratadas como se fossem pedintes da empresa, como se fossem subservientes ou dependentes daquilo que a empresa quer ou não quer fazer, e não como pessoas que foram atingidas na sua dignidade, nos seus bens materiais e psicológicos. Portanto, a empresa tem a obrigação de fazer e, em não fazendo, cometerá outro crime. Mas não, a Samarco, a Vale e a BHT são as donas do pedaço, elas negociam individualmente com um e com outro. As pessoas têm medo de reivindicar. Esse é um ponto que também estamos encontrando, que nos deixa muito cabisbaixos; as pessoas não sabem o direito real que têm.

Estou fazendo esse relato porque é importante que deputadas e deputados saibam disso. É claro que estamos aprofundando. Vamos fazer um relatório com a contribuição de todos os deputados. Queria fazer um relatório com a contribuição de todos os deputados. Queria parabenizar todos os que fazem parte da comissão. Estamos fazendo um trabalho sério, distinto daquilo que a imprensa julgou que a Assembleia faria, mas estamos fazendo um trabalho sério e vamos aprovar, certamente, um relatório que será condizente com o que está acontecendo, mas, para esse ponto de partida da responsabilidade e da culpa da empresa, é preciso que desde já deixemos claro que se cobre da empresa o ressarcimento dos bens materiais.

Toco agora num assunto fundamental. Na questão ambiental, deputado Tolentino, não vimos ainda nada de concreto ser feito na recuperação do meio ambiente. Para se ter ideia, a lama continua correndo de onde a barragem se fundiu, que é a



Barragem de Fundão, em direção ao Rio Gualaxo, do Rio Gualaxo para o Rio do Carmo, do Rio do Carmo para o Rio Doce e do Rio Doce para o mar.

Ontem, tirei uma foto nítida e depois a mostrarei a vocês. A imagem mostra o rio de lama que vem, porque estava chovendo na direção do Rio do Carmo, e o encontro com a lama densa de minério da Samarco, que desce no Rio Gualaxo e se mistura. Você pode ver claramente a diferença entre um e outro. A lama ainda corre em direção ao mar, continua poluindo o Rio Doce. Portanto, os peixes e microrganismos que formam a biodiversidade continuam sofrendo com esse problema.

Sr. Presidente, as condições de segurança da barragem também não estão resolvidas. Vocês viram na quarta-feira passada o que eles chamaram de deslocamento de lama. Sabe qual foi o deslocamento, deputado Carlos Pimenta? Foi de 1.000.000m³ de lama. É como uma cratera enorme, uma montanha de rejeito e barro. Com a chuva, essa montanha de rejeito derrete e cai, levando água e tudo o que estiver pela frente. Isso causa um risco sério de abalo. A empresa ainda não disse o que aconteceu nos diques que seguram a represa maior, de cujo nome não me recordo agora. Se por acaso esses diques se romperem, o problema será duas vezes maior do que aquele da barragem que se rompeu. Então, deputada Rosângela, não podemos garantir que não haverá mais rompimentos.

Esse é o quadro da maior tragédia ambiental já ocorrida no Brasil. É fundamental manter vigilância, manter isso vivo na Assembleia Legislativa, nos órgãos ambientais, na sociedade e na imprensa. Se não ficarmos vigilantes, tudo será esquecido. E aí o socorro ambiental e social será ainda pior. Por isso, neste primeiro dia deste segundo ano do nosso mandato, resolvi mostrar a vocês um pouco da experiência da comissão em relação às barragens e pedir mais apoio da Assembleia Legislativa, do povo mineiro e do povo brasileiro. Não podemos desistir nem esquecer essa tragédia de Mariana.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)* – Deputado Rogério, quero apartear-lo para falar da importância de V. Exa. mostrar esse tema da Comissão das Barragens. Sou testemunha de que o trabalho não parou nas diversas reuniões, nas audiências públicas e visitas *in loco* que foram realizadas. Parabéns V. Exa. pelo esforço e empenho. A Assembleia Legislativa leva o seu nome com o trabalho desta comissão, da qual faço parte, e me orgulho disso. Dessa forma, ela demonstra ao Estado de Minas Gerais o zelo pela coisa pública.

Quero dizer também que esse foi realmente o maior desastre ambiental já ocorrido no Brasil e que a Bacia do Rio Doce está sofrendo muito. Várias espécies foram exterminadas, o parque estadual também foi atingido. Estamos sofrendo com essa situação no Vale do Aço, falta água para os moradores, principalmente de Cachoeira Escura e Belo Oriente. Eles precisam de acesso à água, mas têm dificuldades. Obrigada.

O deputado Rogério Correia – Obrigado, deputada Rosângela.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Quero também cumprimentar não só o deputado Rogério, mas toda a comissão pelo trabalho que vem realizando. O mais importante, deputado Rogério, é que, a partir dessa experiência, negativa infelizmente, essa comissão possa intervir nas mais de 500 barragens em Minas Gerais que não têm fiscalização nenhuma. O que se está fazendo agora é tentar recuperar o meio ambiente, mas a comissão pode deixar um legado muito grande para o nosso estado, para o nosso povo, que é evitar tragédias dessa natureza e que o governo do Estado, o governo federal, quem quer que seja, enfim, façam uma fiscalização sistemática nas centenas de barragens que existem por aí. Parabéns a V. Exa. e aos membros da comissão.

O deputado Rogério Correia – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Concordando com V. Exa., quero dizer que a comissão vai se debruçar sobre um estudo do que deve ser a mineração em Minas daqui para frente. Já terminando, Sr. Presidente, essa mineração não pode continuar da forma como é. Essa barragem, do jeito que é feita, é a mais barata, no entanto é a mais insegura, a que traz mais transtorno. Ela é unida àquele método do mineroduto, que V. Exa. já teve a oportunidade de aqui criticar. Assim, é óbvio, presidente, que, ao terminar os trabalhos da comissão, teremos de apresentar sugestões que tornem as licenças para barragens mais seguras e, ao mesmo tempo, propor a utilização de um tipo de



barragens de mineração diferente do atual, para que Minas Gerais não continue sendo a casa da mãe joana das mineradoras, como sempre foi. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Professor Neivaldo* – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde, presidente. Desejo, neste momento, que tenhamos um bom trabalho nesta Casa no ano de 2016, que possamos realmente estar à disposição da população do Estado de Minas Gerais, que tenhamos sabedoria, discernimento para aprovar projetos que vão ao encontro da nossa população, principalmente da mais pobre, da mais carente e da mais sofrida no nosso estado.

Estava lendo uma reportagem e quero, assim, falar de educação. A primeira questão diz respeito à desmitificação em relação às cotas raciais. (– Lê:)

“Desde que o primeiro aluno negro ingressou em uma universidade pública pelo sistema de cotas, há 10 anos, muita bobagem foi dita por aí. Os críticos ferozes afirmaram que o modelo rebaixaria o nível da educação nacional e degradaria as instituições universitárias. Eles também disseram que os cotistas jamais acompanhariam o ritmo dos seus colegas mais iluminados e isso resultaria na desistência dos negros e pobres beneficiados pelos programas de inclusão. Os arautos do pessimismo profetizaram discrepâncias no vestibular, pois os cotistas seriam aprovados com notas vexatórias, se comparadas ao desempenho de grupos considerados mais capazes. Para os apocalípticos, o sistema de cotas culminaria numa decrepitude completa: o ódio nacional seria instalado nas salas de aulas universitárias, enquanto negros e brancos construiriam muros imaginários entre si. A segregação venceria e a mediocridade dos cotistas acabaria de vez com o mundo acadêmico brasileiro.

Mas, surpresa: nada disso aconteceu. Um por um, todos os argumentos foram derrotados pela simples constatação da realidade. Até agora, nenhuma das justificativas das pessoas contrárias às cotas se mostrou verdadeira. As cotas raciais deram certo porque seus beneficiados são, sim, competentes. Merecem, sim, frequentar uma universidade pública e de qualidade. No vestibular, que é o princípio de tudo, os cotistas estão só um pouco atrás. Segundo dados do Sisu, a nota de corte para os candidatos convencionais a vagas de medicina nas federais foi de 787,56 pontos. Para os cotistas, foi de 761,67 pontos. A diferença entre eles, portanto, ficou próxima de 3%”.

Este texto da revista *IstoÉ* deixa clara a desmitificação de mais uma política pública que procura trabalhar com a inclusão da nossa população pobre, dos nossos jovens pobres, dos nossos jovens negros, que, através das cotas, frequentam as universidades federais do nosso país e mostram que o nível não caiu, ao contrário dos que não precisavam de cotas, mas as tinham. Antigamente filhos de fazendeiros tinham cota nas universidades federais, mas nunca ninguém questionou, nunca falavam dessa cota.

Esses jovens negros, esses jovens pobres demonstraram que, se tiverem chance, irão longe. É assim com as cotas nas universidades, e é assim com o Bolsa Família. Recentemente foram mostradas mais de 40 mil pessoas devolvendo o cartão Bolsa Família. Aliás, hoje há filhos dessas famílias nas universidades federais, pois, em vez de essas crianças irem para as ruas trabalhar, foram para a escola, até fazendo curso de medicina, que é muito concorrido.

Foram feitas duas pesquisas importantíssimas para desmitificar os que querem, na nossa sociedade, o Estado mínimo, que não interfere, que deixa tudo para o mercado, deixa tudo para a competição. Quando o Estado interfere com políticas públicas sérias, a resposta vem. Jovens negros, jovens pobres, jovens que nunca teriam condições de estar numa universidade federal hoje estão nas nossas universidades.

Neste mês da aprovação do Enem, tive a felicidade de ter cinco amigos vendo seus filhos entrarem nas universidades federais. Realmente, é um projeto que começou com o presidente Lula, e vemos o resultado neste momento. Quanto ao Bolsa Família, quando vemos famílias devolverem seus cartões porque já passaram da linha da pobreza, percebemos que ele é um projeto que muitos criticam, sobre o qual muitos falam contrariamente, mas que beneficia as famílias mais pobres da nossa sociedade.



O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Deputado Professor Neivaldo, queria corroborar sua análise sobre como nosso país, que nos últimos anos conseguiu fazer uma grande inclusão social, uma grande inclusão sob vários aspectos. Aqui estamos debatendo a questão racial. V. Exa. fala do ingresso dos alunos negros nas universidades de nosso país. O Brasil tem uma dívida histórica com a comunidade negra. Sabemos que a Abolição da Escravatura, no Brasil, aconteceu outro dia – foi em 1888, e as pessoas acham que isso foi lá no período do Egito antigo. Se você olhar duas gerações para trás, vai encontrar quem foi filho de escravo, senão o próprio escravo. Até porque a escravidão demorou a acabar no Brasil – esse foi o último país ocidental a abrir mão dessa prática – e demorou ainda mais a acabar no interior, porque não tínhamos as tecnologias que temos hoje, a velocidade de comunicação, e houve também conveniência. Mesmo assim, quando o Brasil resolveu fazer a abolição, ele a fez daquela maneira: entregando os negros à sua própria sorte, sem-terra, sem trabalho. Como se diria: sigam seu destino. Falo que o Brasil foi mais benevolente com os europeus do que com os próprios negros que haviam sido escravizados.

O que temos hoje? Todos os indicadores mostram: a renda dos negros é menor; eles não ocupam, proporcionalmente, em relação aos brancos, o mesmo número de postos estratégicos. Se formos olhar aqui mesmo, na Assembleia, veremos que temos pouquíssimos companheiros que poderiam ser considerados negros. Isso está nos espaços de poder, nas empresas, nas universidades até.

Depois da Copa, deputado Professor Neivaldo, o Brasil aumentou em 230% o número de alunos negros. Só que isso ainda é pouco, porque, por exemplo, a cada 100 alunos que cursam medicina, se houver 2 negros é muito. Há muito ainda que ser feito. É claro que tem gente, aqui no Brasil, que dirá o seguinte: esse negócio de estabelecer política afirmativa, política de inclusão para segmento só acentua ainda mais as disputas, só acentua mais as diferenças. Está errado porque, se nada for feito e ficarmos somente na solidariedade com os pobrezinhos dos negros que foram, lá atrás, escravizados - e seus descendentes sentem os reflexos do que viveram até os dias de hoje –, daqui a 100 anos voltaremos a essa tribuna e repetiremos a mesma coisa: salário mais baixo, comunidade carcerária maior. De 100 jovens que morrem, 80 são negros. Quer dizer, não muda nada. É preciso haver política que faça intervenção no modelo, na estrutura, para termos resultados diferentes. Se ninguém tem mais nada a propor, o que foi proposto pelo nosso governo conseguiu fazer avançar, e muito, o nosso país.

Quero corroborar nesse sentido, porque tenho acompanhado o debate sobre o genocídio da juventude negra e a CPI que foi presidida pelo deputado federal Reginaldo Lopes, nosso parceiro, deputado por Minas Gerais. Temos discutido de maneira profunda as diferenças que há ainda por causa da questão racial.

Obrigado pelo aparte, deputado Professor Neivaldo.

O deputado Professor Neivaldo* – Eu é que agradeço, deputado Cristiano Silveira.

Reforçando, deputado, uma pesquisa recente mostrou que os cotistas têm notas mais altas do que a ampla concorrência. No caso, por exemplo, de Uberlândia, em seis cursos da universidade federal dessa cidade os cotistas tiveram notas mais altas.

É o que o senhor falou: temos de fazer políticas compensatórias – a cota é uma delas – para a entrada na universidade federal. Recentemente, em Uberlândia, nosso prefeito aprovou também cotas, a exemplo da presidenta Dilma, para o serviço público. São medidas que não são *ad aeternum*, são políticas de compensação por tudo aquilo que o senhor disse, por como foi tratada nossa população negra ao longo dos anos em nosso país. São medidas que vêm permitir que essas pessoas, que esses cidadãos também tenham seus direitos, seus espaços, para eles também terem vez e voz. Gostaria de registrar essa questão.

Gostaria também, neste momento, de desejar às nossas trabalhadoras e aos nossos trabalhadores de educação um ano letivo de sucesso, de muita luta e de muito progresso.



Estamos, neste momento, num período de designação, de contratação. Este é um ano atípico, porque há muitas contratações, resultado do fim da Lei nº 100. Então, haverá um processo intenso de designação. Esperamos que esse processo aconteça da melhor forma possível para que as aulas possam começar e possamos ter, realmente, uma educação pública, no nosso estado, de qualidade, que realmente atenda a população que vai concorrer ao Enem. É bom falar também que o resultado positivo do Enem e dos cotistas se deve muito ao esforço da escola pública, ao trabalho da escola pública para que seus alunos tenham sucesso. Percebemos isso quando vamos às escolas públicas do Estado e vemos o esforço do profissional para que seus alunos possam competir no Enem em pé de igualdade com os outros candidatos.

Gostaria de registrar o nosso desejo para que o ano letivo comece com muita paz e muito sucesso. Neste momento estamos vendo também o Estado investir no Programa Escola Sustentável, a fim de melhorar a qualidade dos espaços físicos de nossas escolas. Estão sendo investidos mais de trezentos e quarenta e nove milhões em nossas escolas, em todo o Estado, para melhorar os seus espaços físicos. Não podemos falar de qualidade se, além do investimento no profissional e no aluno – que se dá principalmente por meio da merenda escolar e do material didático —, não temos um espaço físico de qualidade.

O meu tempo esgotou, mas gostaria de dizer que amanhã, em Uberlândia, teremos a grata visita da nossa presidenta Dilma e do nosso governador Fernando Pimentel, que inaugurarão a maior fábrica da Ambev na América Latina, o que aumentará a geração de emprego e renda no nosso estado e no nosso município. Quero parabenizar o nosso prefeito Gilmar Machado por mais esse trabalho. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, querido amigo, deputado Hely Tarquínio. Agradeço também ao deputado Noraldino Júnior, que, percebendo não ter quórum, pediu o encerramento regimental da reunião, mas aquiesceu a nossa solicitação. Muito obrigado.

Eu queria viver no país do PT ou na Minas Gerais do PT, pelo que ouvimos aqui hoje. Primeiro, eles vão inaugurar uma fábrica que já existe. O Felipão Attiê, que deve estar em Uberlândia, deve ter tremido todo na hora em que ouviu que vão inaugurar uma fábrica que já existe. Depois ouvi aqui que está tudo bem no Brasil, com 10 milhões de desempregados: negro, branco, amarelo, atleticano, cruzeirense, americano, torcedor do Naça, de Manaus. Há 10 milhões de brasileiros desempregados. Achei que o PT ia subir aqui, nesta tribuna, e fazer o *mea-culpa*: “Estamos mal demais. Estamos governando mal Minas Gerais. Vamos pagar o servidor público parceladamente”.

Não é possível que não estejam vendo a praça cheia de policiais, que vão para as ruas e colocam sua vida em risco. Perguntem se o Sr. Pimentel vai dar prazo para o cabo da Polícia Militar, o soldado, o sargento, o subtenente pagarem a conta de luz, que aumentou não sei quantos por cento. E a bandeira vermelha, que é a cor do PT, permanece. Os reservatórios estão cheios de água, mas continuam cobrando, sem falar nos 2.300.000 pagantes de energia elétrica que incluíram agora, pois no governo do PSDB, do PP, do PPS, dos partidos que apoiavam o governo não era dessa maneira. Que País é esse, que Estado é esse? Vão lá conversar com os policiais, sintam o drama, 40% da frota da Polícia Militar e da Polícia Civil baixada. Tenho ido aos quartéis e visto os veículos estragados, eles não têm como ir para as ruas.

E agora o PT conseguiu, no governo em Minas Gerais, criar facções na Serra, tiroteio na Serra. Controlada historicamente aquela situação, e agora temos três facções guerreando dentro da Serra. Ontem foi preciso mobilizar toda a polícia para lá para enfrentar a criminalidade, que está grassando. Por quê? Audiência de custódia, não sai mais nenhum preso de audiência de custódia. O soldado da PM foi lá, prendeu, o cabo prendeu, levou diante do delegado, levou para a audiência de custódia, mas foi liberado. Vai para a rua. Mandado de prisão para cumprir. Veio aqui o desembargador, mas ele falou que isso não era possível: “Eu não valho nada”, ele disse, “mando prender e o governo não prende”.

Estamos retrocedendo no Estado, delegacias estão ficando cheias de presos. Estamos vendo o desmonte da tornozeleira eletrônica. São 3.200 no Estado que usam tornozeleira eletrônica. Tiraram a tornozeleira porque está quebrando,



não está recuperando, então têm de arrumar vaga, são mais 3.200 vagas. Em mais de um ano esse governo não criou uma vaga no sistema penitenciário.

Tenho muito a falar, mas concedo aparte ao meu líder deputado Gustavo Valadares, a quem quero ouvir, com muito prazer.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – É com tristeza que V. Exa. sobe a essa tribuna dando um panorama do que será o nosso ano de 2016. Com o governo do PT, vamos de mal a pior; 2015 foi pouco perto do que nos espera em 2016. Para piorar, não bastassem o atraso e o parcelamento do salário dos servidores públicos estaduais, não bastasse o aumento de impostos que começou a valer no dia 1º de janeiro – projeto do Sr. Fernando Pimentel, que aumentou impostos e ICMS de mais de 150 produtos, em especial da energia elétrica –, não bastasse a falta de investimentos em saúde, educação e segurança; não bastassem os 60 mil servidores da Lei nº 100 que estão até hoje desamparados.

Recebi uma notícia, que ainda estou por comprovar, de que perdemos uma funcionária da Lei nº 100 ontem, em Manhuaçu, por conta do desespero de até ontem não ter sido chamada para continuar a ministrar suas aulas em alguma escola estadual. Tudo isso fruto do desgoverno do PT em Minas, que anda de mãos dadas com o desgoverno do PT federal. Mas, para piorar, em Minas neste ano houve chuvas. Todos pedimos as chuvas, Minas precisava de chuva, o Brasil precisava de chuva, mas em algumas cidades as chuvas passaram do ponto. Agora, está em meu gabinete o prefeito Vieira, de Água Boa, a quem rendo minhas homenagens, pois tem feito um excepcional trabalho, com todas as dificuldades encontradas. Antes de eu descer para o Plenário, ele me mostrou vídeos de uma tromba d'água que passou pelo seu município, em meados de janeiro, que arrasou com a cidade.

Ele já tentou de tudo: já decretou estado de emergência, já entrou em contato com a Defesa Civil, com o governo estadual e federal. Mas sabem o que recebeu até hoje? Nada. O governo do PT não tem sequer boa vontade para atender os prefeitos, que são aqueles que representam as comunidades. Àquelas que, nesse caso, sofreram com as chuvas janeiro, eles não deram nem um aceno de boa vontade. Espero que ainda o façam, mas não o fizeram até agora. Saibam, senhoras e senhores, em especial a população de Água Boa, que estaremos aqui vigilantes cobrando desse governo, que se diz um governo popular, de todos, investimentos para que se refaça o que foi perdido com as chuvas.

Talvez ainda hoje eu vá subir à tribuna para dar outros exemplos do desgoverno do PT. Estaremos firmes aqui, na defesa dos servidores públicos estaduais e dos cidadãos mineiros e no combate ao desgoverno do PT em Minas e no Brasil. Parabéns a V. Exa.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Gustavo Valadares. Eu sabia que V. Exa. iria enriquecer a minha manifestação. Mas acho que deveríamos viver nesse estado divulgado pelo PT, que subiu aqui e não deu explicação alguma para o servidor público ou para quem quer que seja.

Outro dia me assustei ao ler um artigo de jornal em que se dizia que a saúde em Minas Gerais está uma maravilha. Não podemos reclamar do presidente da Comissão de Saúde, deputado Arlen Santiago, por quem tenho grande admiração e que tem viajado por este estado em uma luta constante pela saúde – e aproveito para parabenizá-lo. Mas, deputado Arlen Santiago, há poucos dias perdi um primo em Pitangui. Ele teve um enfarto e precisava receber atendimento em Belo Horizonte. Meus primos me ligaram, pedindo ajuda, mas foi impossível conseguir uma vaga. Meu primo faleceu à míngua em Pitangui. Então, quero saber que estado é este. Por mais que eu pedisse, gritasse e ligasse para os hospitais de Belo Horizonte, não havia vaga. Meu primo morreu sem eu poder fazer nada. O que eu ia fazer? Buscá-lo em Pitangui? Para colocá-lo onde? E os deputados do PT dizem que saúde no Estado está uma maravilha! É muito triste o que está acontecendo e o que aconteceu em minha família. E vêm dizer que não há problemas em Minas Gerais?

Dizem que não conseguiram dinheiro para algumas coisas, mas vamos ver o que aparece no chamado Portal da Transparência, que agora é portal sem transparência, porque, para saber quanto ganha um secretário de Estado é preciso ser muito especialista ou doido, para traduzir os números que o PT coloca ali. Mas, naquele portal sem transparência, descobrimos



que o Sr. Helvécio Magalhães ganhou no mês passado R\$90.000,00, mais da metade proveniente de jeton em conselhos. Assim, não sobra mesmo dinheiro para o servidor público, para a saúde ou para a recuperação das viaturas da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar. São R\$90.000,00 que ganha um secretário. E a base do governo vem aqui defender parcelamento de salário do servidor público? Defender que um secretário ganhe R\$90.000,00 por mês? Isso é um escândalo! Fico impressionado em ver deputados subirem a esta tribuna para dizer que está tudo bem. O que vivemos é uma catástrofe, uma tragédia. Estamos em um País com 10 milhões de chefes de família desempregados. É um drama que estamos vivendo. Imaginava que as pessoas deveriam subir aqui e fazer o *mea-culpa*: aconteceu isso, mas vamos lutar, vamos conversar com a oposição e, quem sabe, juntos, conseguiremos melhorar a situação. Mas não; eles chegam aqui e dizem que está tudo bem. Não está. É como agora. A presidente Dilma quer conversar com Aécio Neves e Fernando Henrique Cardoso. Ela quer conversar agora depois de tudo? A presidente Dilma quer nos chamar depois de dizer tanta bobagem sobre o PSDB e os aliados do PSDB? Sou contra. Tenho voto no meu partido. Serei contra e espero que o seu voto também seja, deputado Bonifácio Mourão. Querem conversar agora, depois de mentirem tanto e dizerem que estava tudo bem no Brasil, que Aécio Neves ia acabar com o país e viria o desemprego? São esses os 10 milhões de desempregados que o PT produziu. Agora querem chamar Aécio Neves e Fernando Henrique Cardoso para conversar? Agora é que chamarão o nosso líder Bonifácio Mourão para conversar? Só que agora não queremos também, depois de dizerem que quebramos o Estado e de viver um ano pagando. Onde estão os R\$1.900.000.000,00 do Banco do Brasil que estavam na conta de Minas Gerais? Alberto Pinto Coelho entrou na Justiça para que, cada dia que não repassasse o dinheiro ao Estado de Minas Gerais, o Banco do Brasil fosse multado? Onde estão os R\$1.900.000.000,00, PT? Onde esse dinheiro foi colocado? R\$1.900.000.000,00! Como se resolve isso? Não se recebe o dinheiro do Banco do Brasil e se parcela o salário do servidor.

“Mãe, voltou aquele tempo em que você recebia na sétima chamada, no dia 29 do mês. Fique tranquila, pois vou ajudá-la. Você tinha medo que o Sávio Souza Cruz voltasse para ser o secretário de Administração, mas não voltou. Agora é um tal de Helvécio, que ganha R\$90.000,00 enquanto você, mãe, receberá o seu dinheiro parceladamente para comprar os remédios. Vou ajudá-la. É minha obrigação. Está tudo bem no Estado de Minas Gerais.” Vimos aqui os deputados do PT subirem à tribuna e dizerem isso e que não havia problema. Foram 60 mil servidores da Lei nº 100 jogados na rua. É para isso que pediram a Ação Direta de Inconstitucionalidade? Aquela Lei nº 100 abrigou as cantineiras, os assistentes das escolas, as professoras. Aliás, algumas passaram no concurso público, mas, por estarem tantos anos ministrando aulas, ficaram com problema nas cordas vocais e não passam em avaliação médica alguma do DAG. E agora, deputado Antônio Jorge, para marcar no tal do DAG? O prazo vai acabar agora, e não estão conseguindo ser avaliados pelo departamento. Esse é um drama no Estado de Minas Gerais. No entanto, deputado Carlos Pimenta, meu líder, parece que tudo está bem em Minas Gerais, zerado, e a saúde, uma maravilha. Só que, quando olho, meu primo morre perto de mim.

Lamento que o Estado de Minas Gerais esteja experimentando esse retrocesso. O PT gostava de subir a esta tribuna e dizer do choque de gestão, mas agora temos o apagão da gestão. Não há gestão mais em Minas Gerais. Enquanto um secretário militante do PT recebe R\$90.000,00, o salário do policial, do médico, do enfermeiro e da professora é parcelado. Fale a verdade, PT!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Isauro Calais – Sr. Presidente em exercício, deputado Hely Tarquínio, deputadas, deputados, funcionários da Casa e amigos telespectadores da nossa TV Assembleia, desejo a todos um bom retorno e que tenham um ano legislativo produtivo. Além disso, que esta Casa produza para os mineiros e as mineiras leis importantes, que possam melhorar, de fato, a vida de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, infelizmente o Brasil passou por um momento de dificuldade com a seca. Porém, de setembro do ano passado para cá, graças à benevolência de São Pedro, tivemos muita água. Obviamente que recuperamos inúmeras nascentes, e tomara que o governo de Minas faça um trabalho voltado para educação dos cidadãos mineiros a fim de mantermos essas nascentes que foram recuperadas. Que tenhamos mais água sempre, água em



abundância, que em Minas não falte água. Tomara que o Estado parta para os ensinamentos através das secretarias competentes, para que tenhamos sempre mais água.

No entanto, deputado Rogério Correia, o motivo da minha vinda aqui é falar sobre a chuva que tivemos na semana passada. Foi uma chuva que quase destruiu Piau, cidadezinha perto de Juiz de Fora, e a cidade de Tabuleiro. Primeiro quero dizer que a Defesa Civil do Estado se fez presente, foi a Piau, teve contato com Tabuleiro. Daí para frente a situação dos moradores desabrigados, das casas atingidas, dos pobres, das pessoas que não têm como comprar um colchão, uma cesta básica, uma telha de amianto para colocar na casa é alarmante. Por essa razão, venho solicitar apoio ao líder do governo, que, infelizmente, não está presente.

Gostaríamos de dizer que estamos encaminhando ao governador e às secretarias o pedido de socorro de Piau e de Tabuleiro para termos o mais rapidamente possível ajuda do Estado através da Defesa Civil e das secretarias, para atender as famílias atingidas. Estive em Piau e em Tabuleiro e vi de perto o quanto o excesso de água causou de estrago nas duas cidades.

Deputado Antônio Jorge, eu, V. Exa. e o deputado Noraldino Júnior somos do Zona da Mata e queremos que a Defesa Civil leve o colchão, a cesta básica, o cobertor, a telha de amianto àquelas famílias e lhes dê assistência. Não se pode deixar Piau, não se pode deixar Tabuleiro a mercê da sorte, a mercê da ajuda dos pobres coitados prefeitos Beto e Dauro, porque eles não têm condições. A cada dia, a cada mês o fundo de participação é menor. Eles não têm condições de mandar colchão, cobertor, cesta básica, telha de amianto para todos e recuperar as casas porque, em relação aos recursos, todos somos políticos e sabemos como estão os municípios: cada um mais quebrado e com mais dificuldade que o outro. Então precisamos, de fato, de que o Estado esteja presente em Piau e em Tabuleiro o mais rápido possível para que as pessoas, bem como outras partes atingidas pela chuva, parem de sofrer assim.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Desculpe-me, deputado Arlen Santiago, por ter passado à frente de V. Exa., mas apenas quero fazer coro às reivindicações do deputado Isauro Calais e também complementar que ontem estive nas mesmas cidades em que V. Exa. esteve, além da cidade de Guarani, também afetada pela chuva. A ponte está interditada.

Portanto, deputado Isauro Calais, precisamos mesmo de apoio da Defesa Civil, da Secretaria de Obras e do DER para liberar as vias interditadas pela chuva. Isso é muito importante para o fluxo da nossa região.

O deputado Isauro Calais – Agradeço o aparte de V. Exa. A minha família mora mais no finalzinho da Zona da Mata, perto de Miraf, São Sebastião da Vargem Alegre, Guiricema. Para chegar lá tem-se que passar por Guarani, e a ponte caiu em Guarani. Não se passa de Tabuleiro para Rio Pomba; o caminho está impedido; caiu uma ponte. Então é preciso, com urgência, ação do DER, ação da Secretaria de Obras, ação da Defesa Civil, ação do governo de Minas, para minorar o sofrimento dessas pessoas e fazer com que as estradas sejam mais transitáveis.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Isauro Calais, parabéns pelo seu pronunciamento em defesa do seu povo, mostrando para o governo do PT em Minas Gerais e no Brasil que realmente se esqueceu do povo. Eles não sabem que têm que estar preparados para poder atender à população. Até na região seca do Norte de Minas, em Monte Azul, houve um desastre. E o governo do Estado, que deveria ouvir, não ouve e não se pronuncia. Também houve muita chuva em Santana de Pirapama, onde a prefeita Kênia e o ex-prefeito Albertinho, nossos companheiros, estão sozinhos e ainda sendo massacrados, pelo rádio, por deputado da base do governo, que, em vez de ir lá ajudar o povo com dificuldade por causa da chuva, prefere simplesmente ficar falando mal da prefeita. Achei que ele tinha prestígio para poder ajudar.

Gostaria de terminar e agradecer pelo aparte, mas ainda dizer que vi um artigo no jornal *O Tempo*, do nosso líder, uma pessoa muito inteligente, deputado Durval Ângelo, onde está dito que a saúde em Minas Gerais está saindo da UTI. Fiquei muito preocupado, porque o deputado Durval Ângelo é extremamente consciente dos problemas. Quando ele fala que a saúde em Minas está saindo da UTI, fico com medo, porque há duas maneiras de sair da UTI: uma é melhorando, outra é indo para o necrotério.



Lançarei um desafio aqui para o governador Fernando, do PT, e para o secretário Fausto, para eles escolherem qualquer pronto socorro de Minas Gerais que atenda pelo SUS, em qualquer cidade, podemos sortear, para passarmos uma noite de sexta-feira, uma noite de sábado. Como presidente da Comissão de Saúde, eu queria ir com eles a qualquer cidade, para eles verem o sofrimento do povo: gente morrendo, hospitais fechando, sofrimento da população. Realmente há muita gente saindo do pronto socorro, saindo da UTI e indo para o necrotério. Então o desafio está colocado aqui.

É lógico que há muitos outros temas, como a questão da Lei nº 100, sobre a qual já ficou definido que terá de haver FGTS. Então é pagar o FGTS o mais rápido possível. Não parcelar o salário dos militares que estão aqui na porta da Assembleia, os que nos defendem; dos professores, dos diretores; e não deixar gente morrendo, como o primo do deputado João Leite, e muitos outros que infelizmente estão por aí.

Pimentel, governador do PT, vamos passar uma noite inteira dentro de qualquer pronto socorro que o senhor queira, onde estaremos juntos; e aí queremos conversar e tentar ajudá-lo.

O deputado Isauro Calais – Agradeço também o aparte do deputado Arlen Santiago. Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, precisamos de fato que a mão do governo esteja nessas cidades atingidas. Na Zona da Mata perdemos estradas, pontes. Então é preciso que o DER, a Secretaria de Obras, a Defesa Civil, o governo de Minas estejam presentes.

Em relação à saúde, venho aqui, deputado Rogério Correia, cobrar o hospital regional de Juiz de Fora. Foi feito um compromisso com Juiz de Fora. O governador assumiu o compromisso no fórum regional, em Juiz de Fora, de que passaria R\$5.000.000,00 por mês para a construção do hospital, que já estava devendo à empresa R\$20.000.000,00. Desses R\$5.000.000,00 prometidos por mês, que dariam R\$25.000.000,00, entraram R\$6.000.000,00 no hospital regional. Infelizmente, com esse valor depositado para o hospital, ele ficará pronto em 2032. Então é preciso que o Estado cumpra a promessa do governador e do secretário de Saúde de levar esse recurso, para que possamos tentar inaugurar o hospital regional de Juiz de Fora ainda este ano, o que acho muito difícil.

Veja só, o prefeito Bruno Siqueira, deputado Rogério Correia, está fazendo, com pouco dinheiro, muita coisa. Hoje, de manhã, inauguramos uma ponte que vai desafogar o trânsito do lado esquerdo do Rio Paraibuna, tirando todo o trânsito da Avenida Rio Branco, jogando-o para essa ponte e para a Avenida Brasil. Quem vem da região de Rio Pomba e Coronel Pacheco e que tem de acessar a Avenida Brasil, pega esse binário e, antes de entrar na Avenida Rio Branco, entra na Avenida Brasil. Então ele está fazendo muito com pouco dinheiro, mas é preciso cuidar da saúde, fazendo com que esse hospital comece a funcionar, atendendo Juiz de Fora e a Zona da Mata o mais rápido possível.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Isauro, quero parabenizá-lo e me solidarizar com as reivindicações da Zona da Mata que V. Exa. traz. Embora eu seja nascido em Belo Horizonte, a minha família é da Zona da Mata, lá de São João do Manhuaçu. Meu avô era de Palma, e eu também tenho alguma representação lá na Zona da Mata.

O deputado Isauro Calais – E tem votos também.

O deputado Rogério Correia – Tenho representação, com votos. Então, quando V. Exa. defende tão bem a Zona da Mata, sinto-me parceiro de V. Exa. nas cobranças.

Queria dizer que o hospital de Juiz de Fora, assim como os outros sete hospitais regionais, é um compromisso do governo, porque, na campanha, ficou claro que o governador Pimentel comprometeu-se a terminar os outros oito hospitais, conforme o prometido pelo governo passado, que não o fez. Aliás, ele não fez nada. Então não pode o governo Pimentel terminar do jeito que o governo passado terminou. Por isso, faço coro com V. Exa. na cobrança da implementação dos hospitais, notadamente o de Juiz de Fora.

Queria me solidarizar com V. Exa. também na questão das chuvas. Às vezes, a gente torce para chover, porque está precisando. A seca foi grande. Até na Zona da Mata, que não chovia, choveu. O Norte de Minas está torcendo para chover. Uma coisa é o que V. Exa. faz: realmente cobrar para que as coisas andem. É obrigação do deputado cobrar do governo. Outra coisa é que eles querem que não dê nada certo. Aí falam: “Está chovendo demais na Zona da Mata. Culpa do PT. Não está



chovendo no Norte. Culpa do PT". Aí vira insanidade. Veja que a pessoa não quer resolver o problema, quer atacar o PT. É aquilo que chamo de ódio, e fazer política com ódio não é bom, porque não resolve problemas. Gosto de ver V. Exa. cobrar com convicção as coisas, não trazendo no coração o ódio de fazer política.

Vejo cada coisa. Agora a Rede Globo está com ódio do Lula, e falou que ele fez 111 viagens a um sítio, a 50 quilômetros de São Paulo. Mas a Globo nunca falou que o Aécio Neves, por exemplo, fez 124 viagens com o avião do Estado. Vejam como fica o PSDB quando as coisas não lhe agradam. É o ódio. É isto que falo: o ódio repercute mal, e as pessoas não escutam. Ele foi ao Rio de Janeiro 124 vezes com o avião do governo do Estado, com gasolina do Estado quando era governador do Estado, mas isso a Globo não divulga. Então, quando você faz política com ódio, você perde a razão. Por isso quis apartear e parabenizar V. Exa.

O deputado Isauro Calais – De fato, o hospital foi prometido há oito anos, e não saiu do papel. O governador Pimentel também prometeu e, até agora, ele não saiu do papel. Todos estão errados. Tanto o que prometeu, há oito anos, que haveria um hospital regional em Juiz de Fora, como o próprio governador, que também prometeu R\$5.000.000,00 por mês, e o dinheiro não chegou. Então é preciso sair do discurso, tanto o PT quanto o PSDB, partir para a prática, fazer com que a saúde de Minas funcione e que realmente ocorra a construção desses hospitais, o que é interessante para todo o povo da Zona da Mata. É isso que desejamos. É isso que queremos.

Na próxima reunião, no dia que puder, vou falar sobre o abuso que aconteceu no Cisdeste, em Juiz de Fora, contra a vontade, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de mais de setenta prefeitos, que assinaram um documento querendo o retorno da urgência e emergência, a regulação para o Samu de Juiz de Fora, o Cisdeste. Vou me inscrever para falar sobre isso. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Muito obrigado, presidente. Não poderia deixar de vir à tribuna para fazer um bom debate. Primeiro, queria dizer que, se a presidenta Dilma está chamando Fernando Henrique e Aécio Neves para conversar, assim como o deputado João Leite, também discordo.

Verei se consigo dar um telefonema e avisar a presidenta que tanto o Aécio quanto Fernando Henrique não têm muito o que dizer a ela. O exemplo e o modelo de governo deixados pelo Fernando Henrique e pelo PSDB foram os piores possíveis para o Brasil. V. Exa. diz, por exemplo, que hoje temos 10 milhões de desempregados, do que discordo. Segundo o Caged, há um milhão e meio de desempregados. Não estou dizendo que isso seja bom, o desemprego sempre é ruim, mas não podemos nos esquecer de que nos últimos 12, 13 anos, o PT criou 20 milhões de empregos.

Quando falamos em crise econômica, o que discutiremos? Quais as medidas contra a crise? Não são aquelas medidas do Pedro Malandro. Não são aquelas medidas de arrocho do Fernando Henrique. São as medidas do presidente Lula, que em 2008 conseguiu segurar a crise, oferecendo crédito, diminuindo imposto da linha branca e da linha automotiva, colocando recursos para obras públicas e frentes de trabalho. Nesse ponto, discordo da presidenta Dilma. Acho que ela deveria seguir o modelo do presidente Lula, e não o modelo do Fernando Henrique nem do ex-governador Aécio Neves, porque, quando falamos da situação do Estado, do momento em que vivemos, de termos de fazer o parcelamento dos salários dos servidores, quando falamos que 40% da frota da polícia está parada, está no pátio, precisamos nos fazer outra pergunta. Por quê? Por quê? Porque isso foi herdado. A bancada de oposição votou conosco o orçamento do ano para 2015. Apontamos lá um déficit de mais de sete bilhões. Estamos falando de um contexto, de um cenário de uma crise econômica grave. Não adianta falar que crise ocorre só no Brasil, porque a moeda está se desmanchando na China. Todo o mundo dizia que a China era o melhor modelo. Quando a moeda da China desmancha, quando a bolsa de valores da China quebra, todo o mundo esquece e diz que crise é só no Brasil.

O que temos é um momento de grande gravidade pelo qual passa Minas Gerais. Sem dúvida alguma, isso se dá em razão do que herdou. Essa frota que está parada não parou no dia 1º de janeiro de 2015 – e o policial militar já sabe disso –



quando o governador Fernando Pimentel assumiu. Ela já estava sucateada. Eu poderia falar também dos 50% de escolas que não têm laboratório, dos 40% de escolas que não têm quadra, de não sei quantos por cento de escolas que não têm biblioteca. A educação está sucateada.

Passamos por um momento difícil. A medida tomada de fazermos o parcelamento do salário do servidor não é uma opção do governo. O governo não faz isso de picardia. Acordei mal-humorado e vou parcelar o salário do servidor. É contingência, é contingência. É importante explicarmos isso. O servidor recebe dentro do mês, não se trata de atraso de um mês para o outro, de dois meses. O servidor está recebendo dentro do mês. Digo mais, Doutor Jean Freire, 75% dos servidores recebem em dia, até o 5º dia útil. Isso para quem recebe na faixa de R\$3.000,00. Os demais, recebem parcelado, mas já no primeiro pagamento desse parcelamento recebem integral. A dedução, por exemplo, do imposto de renda e dos tributos se dará mais no final. Ninguém ficará sem pagar conta de luz, porque dentro dos 30 dias, do período do mês, receberá seu pagamento.

Vemos a situação do debate que se tenta fazer sobre a corrupção. Falarei disso de novo, de corrupção, do presidente Lula. Acho engraçada, por exemplo, a Operação Lava Jato. O que a Operação Lava Jato investiga, Professor Neivaldo? Ela investiga recursos de empresas que tinham contratos com o poder público, especificamente com a Petrobras, que foram doados para campanhas eleitorais. Essas mesmas empresas doaram não só para as campanhas do PT, mas também para as campanhas do PSDB. Doaram para a presidenta Dilma, mas doaram para Aécio Neves. O que é curioso? Doaram mais para o Aécio Neves. Se o Ministério Público quer fazer um trabalho sério de verdade, ele tem de investigar todos os partidos que receberam dinheiro das empresas arroladas na Lava Jato. Tem de investigar todos os partidos. Se essa operação quer passar o País a limpo, quer promover uma grande investigação, quer saber dessas relações de patrocínio de campanhas *versus* o que se faz nas relações políticas, é preciso investigar todos os partidos que receberam dinheiro.

A imprensa tem de pautar todos. A imprensa esconde, protege o Aécio Neves e os outros políticos que receberam dinheiro. Está ficando muito claro para a população... E, por falar em Petrobras, Fernando Henrique, na autobiografia, escreveu: "Quando eu era presidente, recebi denúncias de que havia coisas erradas lá, mas disse que melhor seria não mexer nisso". Pense na situação em que chegamos. O pessoal diz: "Por que a Dilma não chama o José Eduardo Cardoso e pede a ele para avisar a Polícia Federal para ir devagar?". Não, tem de investigar. A Polícia Federal, em nosso governo, transformou-se numa instituição fortalecida, com autonomia. Ela vai investigar, tem de investigar todos, e a pessoa que prove que é inocente. Agora, o problema é que isso está muito seletivo. O ex-presidente colocar na autobiografia que recebeu informações de que havia coisa errada, mas que preferiu não investigar... Deputados que comprovam que, na época, receberam dinheiro para votar reeleição... É isso.

Sempre faremos um contraponto quando tentarmos fazer esse debate, essa discussão. Não faço cortina de fumaça; não vou fazer cortina de fumaça. Membros do PT que tenham cometido atos de corrupção precisam responder, e, se comprovada a culpa, pagar, mas o povo brasileiro está percebendo que a coisa está muito seletiva. Além disso, o PSDB tem de parar de achar que, tentando destruir a imagem do PT, vai herdar nosso capital. Não vai. As pesquisas de opinião de preferência de partido mostram que o PT pode ter perdido preferência, mas o PSDB não ganhou nada. Uma outra coisa é que o Márcio Coimbra fez uma pesquisa da Vox Populi que diz o seguinte: "É uma ingenuidade a oposição achar que o Brasil inteiro está contra o PT, e outra ingenuidade é o PT achar que o Brasil todo está contra ele". Na pesquisa feita, Professor Neivaldo, sabe quantos por cento odeiam o PT? Doze por cento. O que significa isso? Muito menos que a votação que nossos adversários tiveram.

Para encerrar, gostaria de dizer que o PT foi um dos partidos que mais cresceram no último ano. Perdemos 15 mil filiados e ganhamos 47 mil. Presidente, quero agradecer a colaboração de V. Exa. e também a paciência.

* – Sem revisão do orador.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 3/2/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 11/2/2016, Daniela Cristina Nogueira Melo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Dalton Leandro Nogueira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do no inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/1/2016, a servidora Adriana Xavier Francisco, CPF nº 448.232.746/87, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-60, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/1/2016, a servidora Maria Patricia Tolentino, CPF nº 763.698.626-49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-53, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/1/2016, a servidora Izabela Vieira Moreira Barreto, CPF nº 457.341.606/44, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-51, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/2/2016, a servidora Luciane Cassetti Ornellas Franklin, CPF nº 889.331.646/34, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-54, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO Nº 1/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Air System Engenharia Ltda. Objeto: fornecimento, instalação e configuração de sistema de climatização de precisão, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Características Técnicas do Sistema de Climatização de Precisão. Vigência: 3 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 93/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 4/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais. Objeto: locação de 1(uma) loja e 10(dez) vagas de garagem do Edifício Montesquieu, na Avenida Olegário Maciel, 2161. Objeto do aditamento: alteração da forma de pagamento – permissão de uso de imóvel e pagamento



complementar em espécie. Vigência: mantida a vigência da última prorrogação, desde 2/12/2015, inclusive, a 1º/12/2016.
Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.